

PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS (PANC) E A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA (2018–2026)

Viviane Sousa Rocha¹, Marcia Adelino da Silva Dias²

Resumo: As Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) compreendem espécies vegetais comestíveis, nativas ou exóticas, espontâneas ou cultivadas, que não integram o cardápio convencional da população brasileira, apesar de seu elevado valor nutricional e potencial para a diversificação alimentar. Este estudo teve como objetivo analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, as contribuições das PANC para a promoção da segurança alimentar e nutricional, no período de 2018 a 2026. A busca foi conduzida nas bases MEDLINE via PubMed, SciELO, LILACS e no Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando os descritores “plantas alimentícias não convencionais”, “PANC”, “segurança alimentar”, “*unconventional food plants*”, “UFP”, “*food security*”, “*plantas alimenticias no convencionales*” e “*seguridad alimentaria*” combinados por operadores booleanos. Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, 10 estudos, entre artigos científicos, teses e dissertações, compuseram a amostra final. Os resultados evidenciaram a diversidade de PANC e seu valor nutricional, contribuindo para a diversificação da dieta e para estratégias locais de segurança alimentar, sobretudo em comunidades rurais, tradicionais e em contextos escolares. Entretanto, seu aproveitamento ainda é limitado pelo desconhecimento da população, sobretudo dos mais jovens, pela ausência de políticas públicas consolidadas e pela escassez de estudos e de intervenção. Conclui-se que o incentivo à pesquisa e à difusão do conhecimento sobre as PANC constitui estratégia relevante para o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional e para a valorização dos saberes tradicionais no Brasil.

Palavras-chave: plantas alimentícias não convencionais; PANC; segurança alimentar e nutricional; biodiversidade alimentar; revisão integrativa.

1 Graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas. Doutoranda em Ensino. Universidade Estadual da Paraíba. vivianesousarocha2020@gmail.com

2 Graduada em Ciências Biológicas. Doutora em Educação. Professora da Universidade Estadual da Paraíba. marcia@servidor.uepb.edu.br

UNCONVENTIONAL FOOD PLANTS (PANC) AND THE PROMOTION OF FOOD AND NUTRITIONAL SECURITY: AN INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW (2018–2026)

Abstract: Unconventional Food Plants (UFPs) comprise edible plant species, whether native or exotic, wild or cultivated, that are not commonly included in the conventional diet of the Brazilian population, despite their high nutritional value and potential to diversify food consumption. This study aimed to analyze, through an integrative literature review, the contributions of UFPs to the promotion of food and nutrition security from 2018 to 2026. The literature search was conducted in the MEDLINE database via PubMed, SciELO, LILACS, and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), using the descriptors “unconventional food plants”, “UFP”, “food security”, “plantas alimenticias no convencionales” and “seguridad alimentaria” combined with Boolean operators. After applying the eligibility criteria, 10 studies, including scientific articles and master’s dissertations, comprised the final sample. The results highlighted the diversity of UFP and their nutritional value, contributing to dietary diversification and to local food security strategies, particularly in rural and traditional communities and in school settings. However, their use remains limited by a lack of public awareness, especially among younger generations, the absence of well-established public policies, and the scarcity of studies and intervention initiatives. It is concluded that encouraging research and disseminating knowledge about UFP represents a relevant strategy for strengthening food and nutrition security and promoting the appreciation of traditional knowledge in Brazil.

Keywords: unconventional food plants; UFP; food and nutrition security; food biodiversity; integrative review.

1 INTRODUÇÃO

As Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) são espécies vegetais comestíveis, cultivadas ou de crescimento espontâneo, nativas ou exóticas, que não integram o cardápio convencional da maior parte da população (Brack, 2016). Podem ser entendidas como todas as plantas que não são produzidas em sistemas de agricultura industrial e que, historicamente, permaneceram associadas à agricultura familiar e a comunidades rurais, sendo cultivadas ou coletadas principalmente para consumo próprio (Pedrosa *et al.*, 2012). O termo PANC foi criado em 2008 pelo biólogo Valdely Ferreira Kinupp (Kelen *et al.*, 2015) e, desde então, vem sendo empregado para designar espécies de elevado valor nutricional que, por desconhecimento da população, costumam ser consideradas como plantas daninhas.

Entre os nutrientes frequentemente encontrados nas PANC, destacam-se as vitaminas A, B e C, além de cálcio, magnésio, ferro, zinco e triptofano (Ranieri, 2017; Kelen *et al.*, 2015). Diversas espécies apresentam ainda propriedades antioxidantes, anti-inflamatórias, hipotensoras e diuréticas, o que amplia seu potencial terapêutico para além do valor estritamente nutricional (Paschoal; Souza, 2015). Apesar desse potencial, as PANC permanecem, em

grande medida, fora das cadeias produtivas formais e do consumo cotidiano da população em geral, restringindo-se a grupos específicos, sobretudo comunidades tradicionais e agricultores familiares (Kinupp; Lorenzi, 2014).

A relevância do tema se articula diretamente ao conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), compreendida como o acesso regular e constante a alimentos nutritivos e em quantidades suficientes, sem comprometer o acesso a outras demandas essenciais, tendo como pilar práticas alimentares promotoras de saúde, da diversidade cultural, econômica e ambientalmente sustentável (Brasil, 2006). Nesse sentido, a diversificação da base alimentar por meio das PANC representa uma estratégia relevante de enfrentamento da Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN), especialmente para as populações em situação de vulnerabilidade social.

A INSAN, quando grave, pode comprometer o desenvolvimento humano, elevando os índices de mortalidade infantil e comprometendo o desenvolvimento escolar (Silva; Alves; Medeiros, 2020). Além disso, a fome está associada a outros problemas de saúde pública, como a desnutrição e a anemia. As populações que mais sofrem com a escassez de alimentos e são afetadas pela INSAN residem nas regiões Norte, com 41,4%, e Nordeste, com 50,1% (Maas *et al.*, 2020).

Nesse contexto, a disseminação do conhecimento e a valorização dessas plantas configuram-se como uma alternativa promissora para diversificar a alimentação de muitas famílias brasileiras, sobretudo na região Nordeste. Além de serem espécies frequentemente adaptadas às condições locais e de fácil acesso, apresentam elevado valor nutricional, sendo fontes de minerais essenciais para o bom funcionamento do organismo.

Embora o potencial das PANC para fortalecer a segurança alimentar seja amplamente reconhecido pela comunidade científica, torna-se fundamental verificar como esse conhecimento está sendo produzido, organizado e discutido na literatura científica. Assim, este estudo teve como objetivo analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, de que forma as PANC têm sido associadas à promoção da segurança alimentar e nutricional na produção científica publicada entre 2018 e 2026.

2 MÉTODO

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, método que permite reunir, sintetizar e analisar criticamente estudos com diferentes delineamentos metodológicos sobre um mesmo fenômeno, possibilitando uma compreensão ampla baseada em evidências (Whittemore; Knafl, 2005). O método seguiu seis etapas: 1) identificação do tema e formulação da pergunta norteadora; 2) busca na literatura; 3) categorização dos estudos; 4) avaliação dos estudos incluídos; 5) interpretação dos resultados; e 6) síntese do conhecimento. A pergunta norteadora foi elaborada com base na estratégia PICO (População/

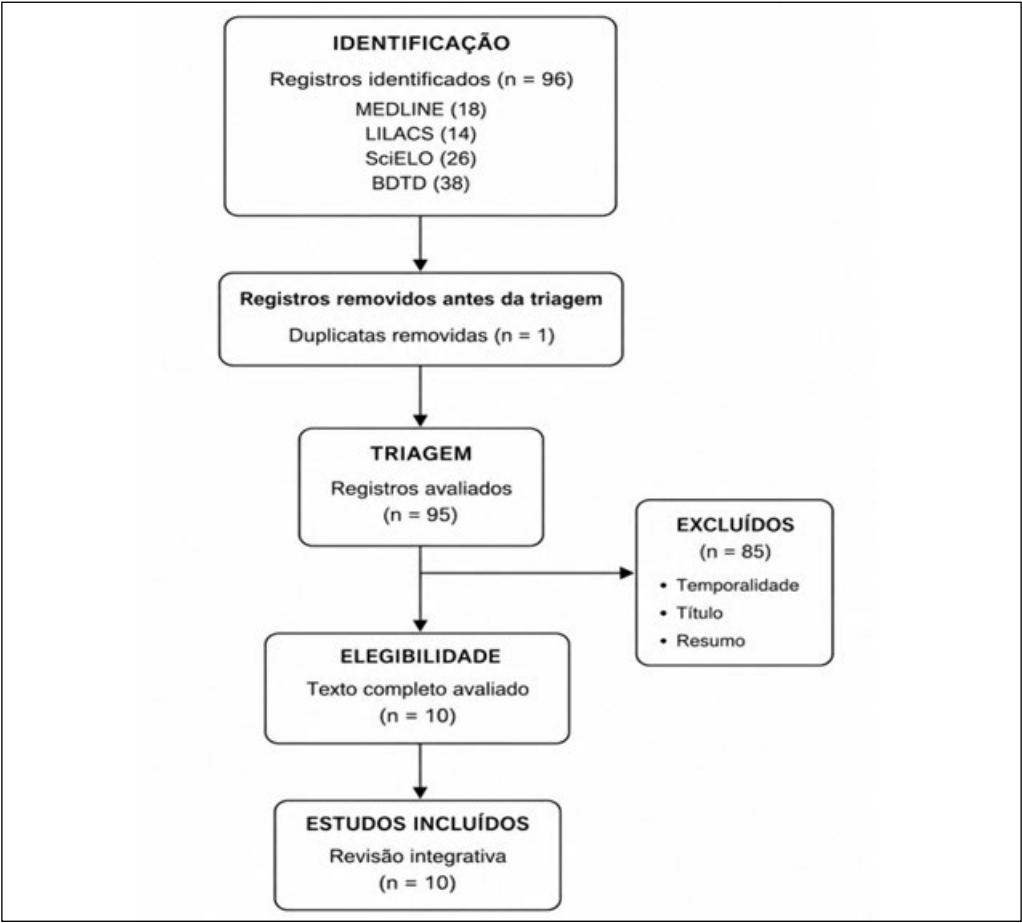
Fenômeno de interesse/Contexto): “De que forma as Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) têm sido associadas à promoção da segurança alimentar e nutricional na produção científica?”.

A busca foi realizada nas bases *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE via PubMed), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e no Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD/Ibict), no período de 2018 a 2026, utilizando os descritores e suas combinações, em português, inglês e espanhol: “plantas alimentícias não convencionais”, “PANC”, “segurança alimentar”, “*unconventional food plants*”, “UFP”, “*food security*”, “*plantas alimenticias no convencionales*” e “*seguridad alimentaria*” associados pelos operadores booleanos AND e OR. Foram adotados como critérios de inclusão: a) estudos publicados no período de 2018 a 2026; b) artigos científicos com métodos quantitativos, qualitativos, revisões da literatura, teses e dissertações disponíveis na íntegra; c) estudos que relacionassem, diretamente, as Plantas Alimentícias Não Convencionais e a Segurança Alimentar e Nutricional.

Após a busca inicial nas quatro bases, foram identificados 96 estudos. Os registros foram triados por temporalidade, título e resumo, sendo removida 1 duplicata encontrada e excluídos 85 estudos, pois a maioria não contemplava a proposta da pesquisa. Os estudos potencialmente elegíveis foram lidos na íntegra, perfazendo 10 estudos, os quais compuseram a amostra final desta revisão integrativa (Figura 1).

Destaca-se, ainda, que a seleção dos estudos foi realizada por duas pesquisadoras, e que não foi realizada avaliação formal da qualidade metodológica dos estudos incluídos, uma vez que a inclusão baseou-se em critérios de elegibilidade, compatível com o desenho de revisão integrativa adotado. Como limitação, destaca-se a cobertura das bases utilizadas, que não permitiu identificar estudos internacionais, apesar do uso de descritores em português, inglês e espanhol. Recomenda-se ampliar futuras buscas para bases como Scopus e Web of Science. Por se tratar de revisão integrativa fundamentada em fontes de acesso público, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

Figura 1 - Fluxograma de seleção dos estudos para a revisão integrativa



Fonte: Elaborado pela Autora (2026)

3 RESULTADOS

A análise dos estudos incluídos permitiu identificar as principais abordagens presentes na produção científica acerca das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC), com destaque para sua associação à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Os estudos incluídos, organizados por autoria/ano, base(s) indexadora(s), título do estudo e principais achados relacionados à temática central, são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 - Síntese dos estudos incluídos na revisão integrativa (2018–2026)

Autor(es) / Ano	Base(s) indexadora(s)	Título do estudo	Achados dos estudos
Leal, Alves e Hanazaki (2018)	MEDLINE	Knowledge, use, and disuse of unconventional food plants.	O estudo identificou 63 espécies distribuídas em 25 famílias botânicas. Metade das espécies foi mencionada por apenas um informante. O fruto foi a parte mais utilizada (80% das citações).
Tuler; Peixoto; Silva (2019)	SciELO	Plantas alimentícias não convencionais (PANC) na comunidade rural de São José da Figueira, Durandé, Minas Gerais, Brasil.	O estudo registrou 56 espécies de PANC, distribuídas em 29 famílias botânicas. As famílias Asteraceae e Lamiaceae se destacaram pela riqueza de espécies. A maior parte das plantas citadas como alimentícias é nativa (38,2%).
Alves (2020)	Teses e Dissertações (BDTD)	Plantas alimentícias não convencionais (PANC) da Travessia Teresópolis - Petrópolis, Serra dos Órgãos, RJ	O estudo identificou 90 espécies alimentícias, perfazendo 54 gêneros, distribuídas em 34 famílias (senso APG IV) presentes em diversas partes da trilha, sendo Asteraceae (10), Begoniaceae (9) e Passifloraceae (8) as famílias com maior riqueza de espécies.
Padilha (2021)	Teses e Dissertações (BDTD)	Análise bibliométrica da produção científica sobre plantas alimentícias não convencionais	O estudo observou um cenário de insipiência partindo do parâmetro da quantidade de plantas compreendidas como 'Não Convencionais' existentes.
Mata (2022)	Teses e Dissertações (BDTD)	Perfil fitoquímico e nutricional de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC)	O estudo traçou o perfil fitoquímico, nutricional, de ação antioxidante e a embriotoxicidade de polpas de frutos de Plantas Alimentícias Não Convencionais que compõem a biodiversidade brasileira.
Aurino (2023)	Teses e Dissertações (BDTD)	Conhecimento tradicional sobre Plantas Alimentícias Não Convencionais PANC, no semiárido brasileiro	O estudo buscou verificar quais espécies de PANC nativas são utilizadas por moradores de comunidades tradicionais de agricultores no semiárido paraibano, para compreender a dinâmica de suas formas de preparo e consumo, evidenciando potencialidades para a alimentação humana, buscando estratégias de conservação da flora e traçando metas que conversem diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Autor(es) / Ano	Base(s) indexadora(s)	Título do estudo	Achados dos estudos
Ranieri <i>et al.</i> (2024).	MEDLINE	Large-scale production of non-conventional edible plants for biodiverse school meals.	O estudo produziu 9 toneladas de PANC que foram fornecidas a 90 escolas municipais entre 2020 e 2023, através da implementação de horta comunitária.
Lopes <i>et al.</i> (2025)	SciELO	Etnobotânica das Plantas Alimentícias Não Convencionais utilizadas pelos agricultores familiares orgânicos de Pinheiral, RJ	O estudo identificou 45 espécies de PANC, distribuídas em 29 famílias botânicas. Diversos usos foram identificados, bem como a importância dos vínculos dos agricultores com as espécies que utilizam.
Martins; Soares; Gualberto (2025)	SciELO	Diagnóstico sobre Plantas Alimentícias Não Convencionais em equipes escolares da Microrregião de Itapetinga-BA	O estudo buscou identificar o conhecimento sobre as PANC, relacionado a seu consumo no contexto escolar. Os resultados da pesquisa mostraram que os participantes mais idosos conheciam essas espécies, porém, o consumo das mesmas é bem reduzido entre os entrevistados.
Schroeder; Gomes (2026)	LILACS	Plantas Alimentícias Não Convencionais: nutrição sustentável	Na revisão de literatura realizada pelas autoras, as PANC apresentam teores expressivos de proteínas, fibras, vitaminas, minerais e compostos bioativos, configurando-se como importantes aliadas no enfrentamento da fome oculta e na promoção da saúde pública.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

3.1 Riqueza e diversidade de espécies

Os levantamentos de campo revelaram consistentemente uma riqueza vegetal expressiva subutilizada. Nos estudos de Leal, Alves e Hanazaki (2018), foram identificadas 63 espécies em 25 famílias em Ribeirão da Ilha, distrito de Florianópolis. Tuler, Peixoto e Silva (2019) registraram 56 espécies em 29 famílias na comunidade rural de São José da Figueira, Durandé, em Minas Gerais. De acordo com Alves (2020), foram catalogadas 90 espécies em 34 famílias ao longo de uma trilha no Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO), Rio de Janeiro. Lopes *et al.* (2025) identificaram 45 espécies em 29 famílias utilizadas por agricultores de Pinheiral no Rio de Janeiro. Nos levantamentos florísticos, Asteraceae desponta como a família botânica de maior riqueza (Tuler; Peixoto; Silva, 2019; Alves, 2020), seguida por outras famílias com potencial alimentício, como Lamiaceae, Begoniaceae e Passifloraceae, a depender do bioma estudado.

Um padrão recorrente é a baixa frequência de citação da maioria das espécies pelos entrevistados. Em Florianópolis, metade das espécies foi citada por apenas um informante (Leal; Alves; Hanazaki, 2018), enquanto, em Minas Gerais, apenas *Sonchus oleraceus* L. (serralha) e *Xanthosoma sagittifolium* L. (taioba) se destacaram sendo citadas por todos os informantes (Tuler; Peixoto; Silva, 2019). Isso sugere que o conhecimento sobre PANC está distribuído de forma desigual, sendo esse um dos fatores determinantes para a sua utilização.

3.2 Partes utilizadas, formas de preparo e potencial nutricional e funcional

O fruto é a parte mais utilizada, correspondendo a 80% das citações no estudo catarinense, sendo consumido majoritariamente sem processamento (Leal, Alves e Hanazaki, 2018). Isso indica uma preferência por formas de consumo simples, sem necessitar de tempo de preparo, mas que forneçam princípios bioativos, o que também aparece nos estudos de composição nutricional, que analisaram polpas de frutos (bacupari, canistel, jatobá, jenipapo, oiti e pequi) quanto aos teores de proteínas, lipídeos e fibras solúveis, encontrando variações relevantes entre as amostras de uma mesma espécie (Mata, 2022).

Os estudos de Ranieri *et al.* (2024), por sua vez, demonstraram, em escala aplicada, que hortaliças não convencionais selecionadas continham mais minerais e proteínas do que hortaliças-controle convencionais, sustentando cientificamente o argumento de que a incorporação das PANC pode complementar a qualidade nutricional das refeições, inclusive em programas públicos como a merenda escolar. Segundo a revisão de literatura realizada por Schroeder e Gomes (2026), essas plantas apresentam potencial para promover a segurança alimentar e nutricional, além de favorecer a saúde pública e a sustentabilidade ambiental.

3.3 Motivos do desuso e erosão do conhecimento

Um achado transversal entre os estudos etnobotânicos é o declínio do uso das PANC, mesmo quando o conhecimento sobre elas ainda existe. Em Florianópolis, 27% das espécies eram utilizadas exclusivamente no passado, e os motivos apontados foram a dificuldade em localizar as plantas na paisagem atual e a perda de interesse pelo recurso (Leal; Alves; Hanazaki, 2018). Esse padrão é corroborado por Martins, Soares e Gualberto (2025) em Itapetinga, Bahia, onde os participantes mais velhos conheciam as espécies, mas consumiam pouco, já os mais jovens relataram apenas que ouviram falar delas, sem nunca tê-las consumido. Isso evidencia uma quebra intergeracional na transmissão do saber.

3.4 Iniciativas de aplicação e políticas públicas

O projeto “Inova na Horta”, em Jundiaí, São Paulo, é o exemplo mais concreto de aplicação em política pública. Partindo de 210 espécies não convencionais avaliadas segundo 8 critérios nutricionais, culinários e de cultivo, 34 hortaliças foram selecionadas para produção contínua, resultando em 9 toneladas fornecidas a 90 escolas municipais entre 2020 e 2023, com as hortaliças folhosas representando 71,6% da produção (Ranieri *et al.*, 2024). Esse estudo demonstra viabilidade prática e replicabilidade como política de segurança alimentar e nutricional para os municípios.

De forma complementar, Aurino (2023) situa as PANC nativas do semiárido paraibano como elo estratégico com múltiplos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), destacando seu papel na conservação de espécies, em quintais agroflorestais, em práticas agrícolas sustentáveis e no uso gastronômico como forma de valorização identitária. Alves (2020) reforça essa dimensão ao propor o uso das PANC identificadas no PARNASO para turismo pedagógico e ações de educação ambiental em unidades de conservação.

3.5 Panorama da produção científica

Em nível bibliométrico, Padilha (2021) mostra que a produção científica sobre PANC cresce consistentemente desde 1996, tendo o *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine* como periódico mais relevante em número de publicações. Os Estados Unidos lideram em número de citações, com o Brasil ocupando apenas a 28ª posição, um dado paradoxal, considerando a centralidade do país na biodiversidade mundial. Termos como *wild*, *edible*, *food*, *traditional*, *indigenous*, *antioxidant*, *flowers* e *plant* dominam os títulos, sinalizando o predomínio de abordagens etnobotânicas e funcionais nos estudos internacionais.

Schroeder e Gomes (2026), em revisão narrativa mais recente (23 artigos entre 2014 e 2025), organizaram a literatura em cinco eixos: composição nutricional/funcional, práticas de cultivo e sustentabilidade, conhecimento tradicional e etnobotânica, políticas públicas e barreiras socioculturais/comerciais, confirmando que, apesar do crescimento, a incorporação das PANC à alimentação cotidiana segue limitada pela ausência de políticas específicas, pelo preconceito alimentar e pelo desconhecimento da população.

4 DISCUSSÃO

A leitura conjunta dos estudos revela uma contradição estrutural, quanto maior a riqueza florística registrada (chegando a 90 espécies em unidades de conservação, como no PARNASO), menor tende a ser, proporcionalmente, o número de espécies efetivamente incorporadas ao cotidiano alimentar. Esse descompasso entre disponibilidade e uso efetivo aparece tanto nos levantamentos de campo (Leal; Alves; Hanazaki, 2018; Tuler; Peixoto; Silva, 2019; Alves, 2020; Lopes *et al.*, 2025) quanto no panorama nacional apontado por

Mata (2022), a autora destaca que das poucas plantas com potencial alimentício catalogadas, cerca de 90% são subaproveitadas. Isso indica que a barreira ao uso das PANC é de ordem sociocultural, a falta de acesso ao conhecimento impossibilita sua utilização.

Essa barreira dialoga diretamente com o próprio conceito de segurança alimentar e nutricional, que pressupõe não apenas a oferta de alimentos, mas o acesso regular e o reconhecimento cultural das práticas alimentares como condição para sua efetivação (Maluf, 2007). Em comunidades tradicionais, essa valorização depende, sobretudo, da manutenção de relações de cooperação entre os saberes locais e a agrobiodiversidade, o que reforça a relevância de políticas voltadas à sociobiodiversidade alimentar como caminho para superar essa barreira (Souza; Santos Júnior; Benevides, 2019).

Nesse sentido, o achado mais recorrente entre os estudos etnobotânicos, presente de forma quase idêntica em contextos geográficos e temporais distintos (Florianópolis, em 2018, e Bahia, em 2025), é a concentração do conhecimento sobre PANC em gerações mais velhas, associada à falta de transmissão para os mais jovens. Isso sugere que o risco à continuidade do uso das PANC não é apenas ecológico, relacionado à perda de habitat e à dificuldade de localizar plantas, como relatado por Leal, Alves e Hanazaki (2018), mas fundamentalmente intergeracional, quando o conhecedor mais velho não repassa o conhecimento, a espécie desaparece do repertório alimentar, mesmo que permaneça fisicamente disponível no ambiente.

Esse padrão reforça a urgência de estratégias educativas voltadas especificamente para crianças e jovens, o que dá relevância direta à iniciativa de Ranieri *et al.* (2024), que insere as PANC já na infância, por meio da merenda escolar, e à pesquisa de Martins, Soares e Gualberto (2025), que buscou diagnosticar exatamente essa lacuna geracional no ambiente escolar. A implementação de hortas nas escolas e a valorização dos saberes de povos tradicionais são caminhos para a difusão do conhecimento sobre PANC. Do ponto de vista teórico, a etnobotânica compreende esse processo de erosão como parte da dinâmica de interação entre populações humanas e recursos vegetais, sensível a mudanças socioeconômicas e a rupturas na oralidade que sustenta a transmissão dos saberes entre gerações (Albuquerque *et al.*, 2022).

Observa-se, ainda, uma progressão temática interessante ao longo da linha do tempo dos estudos, que vai das pesquisas etnobotânicas descritivas (2018 - 2020), passando pela bibliometria que mapeia o campo (2021) e pelas análises bioquímicas que comprovam o valor nutricional (2022), até chegar a estudos com desenho de intervenção e política pública (2024 - 2025). Essa trajetória sugere um processo de amadurecimento do campo: a pergunta inicial, “quais espécies existem e são conhecidas?”, começa a ser complementada pela pergunta “como inserir essas espécies de forma sistemática na alimentação coletiva?”. O estudo de Ranieri *et al.* (2024) é o único, entre os revisados, a demonstrar, em escala real, que essa transição é viável, o que o torna uma

referência metodológica relevante para replicação em outros municípios, conforme os próprios autores sugerem, podendo garantir segurança alimentar e nutricional a crianças e adolescentes nos espaços escolares.

Experiências pedagógicas conduzidas em outras regiões do país seguem direção semelhante, em Natal, município do estado do Rio Grande do Norte, o uso de hortas comunitárias como estratégia de aprendizagem sobre a biodiversidade de plantas alimentícias favoreceu tanto a apropriação de conhecimentos nutricionais quanto a aproximação dos estudantes com espécies vegetais locais, reforçando o potencial replicável dessas iniciativas para além do contexto paulista (Jacob, 2020).

Apesar desses avanços, algumas lacunas permanecem evidentes. A maior parte dos levantamentos de campo concentra-se nas regiões Sudeste e Sul, estudos em outros biomas, como Caatinga e Amazônia, são pouco realizados, embora trabalhos recentes sejam conduzidos e já comecem a preencher essa lacuna, ainda que de forma pontual e insuficiente, diante da extensão territorial desses biomas. Entre os dez trabalhos, apenas o estudo de Ranieri *et al.* (2024) apresentou uma intervenção com resultados quantificados de política pública, o que indica uma lacuna importante entre diagnosticar o conhecimento e transformar esse conhecimento em ação. Embora o tema da transmissão geracional apareça em múltiplos estudos, poucos têm esse fenômeno como objetivo central, o que limita estratégias educativas mais direcionadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta revisão integrativa evidenciaram que as Plantas Alimentícias Não Convencionais possuem reconhecido potencial nutricional e funcional, capaz de contribuir de forma concreta para a promoção da segurança alimentar e nutricional. No entanto, observa-se uma contradição marcante entre a riqueza florística disponível e sua efetiva incorporação aos hábitos alimentares cotidianos, revelando que a subutilização dessas espécies não decorre da escassez de recursos vegetais, mas de barreiras socioculturais relacionadas ao acesso ao conhecimento e à valorização das práticas alimentares tradicionais.

A erosão do saber sobre essas plantas, concentrado majoritariamente em gerações mais velhas, sendo pouco transmitido aos mais jovens, configura-se como um dos principais entraves à continuidade de seu uso, apontando para a necessidade urgente de estratégias educativas que alcancem crianças e adolescentes, a exemplo de iniciativas que integram essas espécies à alimentação escolar. Ao mesmo tempo, a trajetória da produção científica sobre o tema demonstra uma maturação progressiva, migrando de estudos descritivos sobre disponibilidade e conhecimento tradicional para experiências de intervenção com resultados aplicados, o que reforça a viabilidade prática de políticas públicas voltadas à sociobiodiversidade alimentar. Ainda assim, persistem

lacunas relevantes, sobretudo a concentração geográfica das pesquisas nas regiões Sudeste e Sul, a escassez de estudos de intervenção replicável e a limitada exploração da transmissão geracional como objeto central de investigação.

Superar essas lacunas exige a articulação entre pesquisa científica, políticas públicas e educação alimentar, de modo a transformar o conhecimento acumulado em ações efetivas de fortalecimento da segurança alimentar e nutricional. Recomenda-se, assim, a ampliação de estudos em biomas ainda pouco explorados e o investimento em programas educativos e de intervenção que aproximem as novas gerações do uso e da valorização das Plantas Alimentícias Não Convencionais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U. P. de.; FERREIRA JÚNIOR, WASHINGTON, S.; RAMOS, M. A.; MEDEIROS, P. M. de. **Introdução à etnobotânica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2022.

ALVES, T. C. da. **Plantas alimentícias não convencionais (PANC) da Travessia Teresópolis - Petrópolis, Serra dos Órgãos, RJ**. 2020. 128 f. Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável) – Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

AURINO, A. N. B. **Conhecimento tradicional sobre plantas alimentícias não convencionais - PANC, no semiárido brasileiro**. 2023. 108 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

BRACK, P. Plantas alimentícias não convencionais. **Agriculturas**: experiências em agroecologia, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 4–6, 2016. Disponível em: http://aspta.redelivre.org.br/files/2016/08/Agriculturas_V13N2.pdf. Acesso em 12 abr. 2025.

BRASIL. Lei n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 18 set. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em 28 jan. 2025.

JACOB, M. C. M. Biodiversidade de plantas alimentícias não convencionais em uma horta comunitária com fins educativos. **Demetra**, Rio de Janeiro, v. 15, e44037, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/demetra/article/view/44037/32150>. Acesso em 23 jul. 2026.

KELEN, M. E. B.; NOUHUYS, I. S. V.; KEHL, L. C.; BRACK, P.; SILVA, D.B. **Plantas alimentícias não convencionais (PANCs): hortaliças espontâneas e nativas**. 1. ed. UFRGS: Porto Alegre, 2015.

KINUPP, V. F.; LORENZI, H. **Plantas alimentícias não convencionais (PANC) no Brasil**: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas. Nova Odessa: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2014. 768 p.

LEAL, M. L.; ALVES, R. P.; HANAZAKI, N. Knowledge, use, and disuse of unconventional food plants. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, Londres, v. 14, n. 1, p. 6, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29343263/>. Acesso em: 2 jun. 2026.

LOPES, A. P.; GONÇALVES, A. B.; OLIVEIRA, C. A. de.; FIGUEIREDO, C. L. C. de.; CAMPBELL, G.; MIRANDA, C. C. do. Etnobotânica das plantas alimentícias não convencionais utilizadas pelos agricultores familiares orgânicos de Pinheiral, RJ. **Ambiente & Sociedade**, v. 28, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/DfC5sWgCsVhWm4rVWnHGSZn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 mai. 2026.

MALUF, R. S. J. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MARTINS, A. J. de.; SOARES, D. S.; GUALBERTO, S. A. Diagnóstico sobre plantas alimentícias não convencionais em equipes escolares da Microrregião de Itapetinga-BA. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 28, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/7BKpsLdHXgwCyW5Yb5Z6CJN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mai. 2026.

MAAS, N. M.; MENDOZA-SASSI, R. A.; MEUCCI, R. D.; CESAR, J. A. Insegurança alimentar em famílias de área rural do extremo sul do Brasil. **Revista: Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, p. 2605–2614, 2020.

MATA, B. P. M. da. **Perfil fitoquímico e nutricional de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC)**. 2022. 68 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Araraquara, SP, 2022.

PADILHA, A. F. **Análise bibliométrica da produção científica sobre plantas alimentícias não convencionais (PANC)**. 2021. 56 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2021.

PASCHOAL, V.; SOUZA, N. S. Plantas alimentícias não convencionais (PANC). In: CHAVES, D. F. S. de. **Nutrição clínica funcional**: compostos bioativos dos alimentos. São Paulo: VP Editora, 2015. p. 302–323.

PEDROSA, M. W.; MASCARENHAS, M. H. T.; CARVALHO, E. R. O.; SILVA, L. S.; SANTOS, I. C.; CARLOS, L. A. **Hortaliças não convencionais**: saberes e sabores. Belo Horizonte: EPAMIG, 2012. 22 p.

RANIERI, G. R. **Guia prático sobre PANC**: plantas alimentícias não convencionais. 1. ed. São Paulo: Instituto Kairós, 2017.

RANIERI, G. R.; MADEIRA, N. R.; SLATER, B.; MARCHESI, M. T. de.; OLIVEIRA, M. A. D. de; BADUE, A. F. B.; MAUAD, T. Large-scale production of non-conventional edible plants for biodiverse school meals. **Frontiers in Nutrition**, Lausanne, v. 11, 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38746937/>. Acesso em 03 mar. 2026.

SCHROEDER, K. A.; GOMES, N. A. A. A. de. Plantas alimentícias não convencionais: nutrição sustentável. **Higiene Alimentar**, São Paulo, v. 40, 2026. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/en/biblio-169956>. Acesso em 01 jun. 2026.

SILVA, P. R.; ALVES, J. C.; MEDEIROS, F. M. Impactos do Bolsa Família na segurança alimentar. **Revista de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 84-97, 2020.

SOUZA, V. M. de.; SANTOS JÚNIOR, A. F. S. de.; BENEVIDES, C. M. J. de. Agrobiodiversidade e Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs): inter-relações com povos tradicionais e comunidades locais. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 28, p. 163-178. Vitória da Conquista, 2019. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/ccsa/article/view/5852>. Acesso em 23 jul. 2026.

TULER, A. C.; PEIXOTO, A. L.; SILVA, N. C. B. da. Plantas alimentícias não convencionais (PANC) na comunidade rural de São José da Figueira, Durandé, Minas Gerais, Brasil. **Rodriguésia**, Rio de Janeiro, v. 70, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rod/a/t6QpNtZ8dcwsLzZsSPCXhSg/abstract/?lang=pt>. Acesso em 02 dez. 2025.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, [s. l.], v. 52, n. 5, p. 546–553, 2005. Disponível em: https://users.phhp.ufl.edu/rbauer/EBPP/whittemore_knafl_05.pdf. Acesso em 20 mai. 2026.